

PREGÃO ELETRÔNICO

90007/2026

CONTRATANTE (UASG)

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS (UASG Nº 928347)

OBJETO

Aquisição de materiais de expediente (escritório), objetivando o atendimento das demandas dos diversos setores administrativos e legislativos da Câmara Municipal de Guarulhos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 90.564,82 (noventa mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e oitenta e dois centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 01/07/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item e ou grupo

MODO DE DISPUTA:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



Sumário

1. DO OBJETO 3

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 3

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO 5

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 5

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 7

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.. 9

7. DA FASE DE JULGAMENTO..... 11

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO 13

9. DO TERMO DE CONTRATO 15

10. DOS RECURSOS..... 16

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 16

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 18

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 19



MODELO DE EDITAL**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026**
(Processo Administrativo nº 13.627/2025)

Torna-se público que a CÂMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS, por meio da Coordenadoria de Suprimentos, sediado na Av. Guarulhos, 845 – Guarulhos/SP, CEP 07023-000, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de materiais de expediente (escritório), objetivando o atendimento das demandas dos diversos setores administrativos e legislativos da Câmara Municipal de Guarulhos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em item(s) e grupo(s), sendo este(s) último(s) formado(s) por dois ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.2.1 relativamente ao(s) item(s) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

1.2.2 relativamente ao(s) grupo(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Para os itens 9 e 27 e grupos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.



2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.9. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11. O impedimento de que trata o item 2.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.9.4 e 2.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação,



de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.14. O disposto nos itens 2.9.4 e 2.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.16. A vedação de que trata o item 2.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.



4.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4, 4.7 ou 4.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.14.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.14.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.15.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.15.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



5.1.1 No caso de itens:

5.1.1.1. marca e modelo;

5.1.1.2. valor unitário;

5.1.1.3. valor total.

5.1.2 No caso de grupos:

5.1.2.1. marca e modelo;

5.1.2.2. valor unitário de cada um dos itens que compõe o grupo;

5.1.2.3. valor total de cada um dos itens que compõe o grupo;

5.1.2.4. valor total do grupo.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos



prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *R\$ 0,01 (um centavo de real)*.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.18.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2 empresas brasileiras;

6.19.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



6.21.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicaf;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:



- 7.7.1 conter vícios insanáveis;
- 7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 7.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- 7.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou em formato digital.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.



8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin do Município de Guarulhos constitui fator impeditivo para a contratação.



10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.guarulhos.sp.leg.br/pag/licitacoes-contratos>.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.



11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do correio eletrônico pregao@guarulhos.sp.leg.br.
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.guarulhos.sp.leg.br/pag/licitacoes-contratos>.
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
 - 13.11.2 Anexo II - Modelo de Proposta;
 - 13.11.3 Anexo III - Minuta de Autorização de Fornecimento;
 - 13.11.4 Anexo IV - Modelo de Termo de Contrato.



Guarulhos, assinado e datado digitalmente,

VEREADOR FAUSTO MIGUEL MARTELLO

Presidente da Câmara Municipal de Guarulhos



Anexo I
TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES, EXCETO TIC
LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS

(Processo Administrativo nº 13.627/2025)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de expediente (escritório), objetivando o atendimento das demandas dos diversos setores administrativos e legislativos da Câmara Municipal de Guarulhos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÕES	UN. DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO	VALOR MÁXIMO ESTIMADO POR GRUPO
1	1	461461	Caneta Esferográfica AZUL ponta média de 1.1 ou 1.2mm: com selo do INMETRO, corpo único sextavado ou hexagonal em acrílico transparente, nome do fabricante impresso no corpo da caneta, ponta de latão com esfera de tungstênio reforçada de 1.1 ou 1.2mm, tinta à base de corantes orgânicos e solventes proporcionando suavidade, fluidez, uniformidade e sem falhas ou borrões na escrita, com duração entre 2.000m e 3.000m, tampa e plug da mesma cor da tinta confeccionado em polietileno de baixa densidade fixada por pressão e não rosqueada, tampa com respirador e clip para fixação no bolso. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Obs.: Serão consideradas as datas de fabricação e os prazos de validade gravados na própria carga, no corpo da caneta ou ainda na embalagem.	UN	900	R\$ 1,38	R\$ 1.242,00	R\$ 2.774,00
	2	317857	Caneta Esferográfica PRETA ponta média de 1.1 ou 1.2mm: com selo do INMETRO, corpo único sextavado ou hexagonal em acrílico transparente, nome do fabricante impresso no corpo da caneta, ponta de latão com esfera de tungstênio reforçada de 1.1 ou 1.2mm, tinta à base de corantes orgânicos e solventes proporcionando suavidade, fluidez, uniformidade e sem falhas ou borrões na escrita, com duração entre 2.000m e 3.000m, tampa e plug da mesma cor da tinta confeccionado em polietileno de baixa densidade fixada por pressão e não rosqueada, tampa com respirador e clip para fixação no bolso. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.	UN	600	R\$ 1,50	R\$ 900,00	

Assinado digitalmente. A autenticidade pode ser validada no site da Câmara, usando o código LFJTW-OZYGA-BBNPT-LNU5O-X81V4.



			Obs.: Serão consideradas as datas de fabricação e os prazos de validade gravados na própria carga, no corpo da caneta ou ainda na embalagem.					
	3	317859	<p>Caneta Esferográfica VERMELHA ponta média de 1.1 ou 1.2mm: com selo do INMETRO, corpo único sextavado ou hexagonal em acrílico transparente, nome do fabricante impresso no corpo da caneta, ponta de latão com esfera de tungstênio reforçada de 1.1 ou 1.2mm, tinta à base de corantes orgânicos e solventes proporcionando suavidade, fluidez, uniformidade e sem falhas ou borrões na escrita, com duração entre 2.000m e 3.000m, tampa e plug da mesma cor da tinta confeccionado em polietileno de baixa densidade fixada por pressão e não rosqueada, tampa com respirador e clip para fixação no bolso. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.</p> <p>Obs.: Serão consideradas as datas de fabricação e os prazos de validade gravados na própria carga, no corpo da caneta ou ainda na embalagem.</p>	UN	400	R\$ 1,58	R\$ 632,00	
2	4	272501	Clips 2/0; niquelado; caixa com 100 Unidades. Material: metal.	CAIXA 100 UN	100	R\$ 5,00	R\$ 500,00	R\$ 1.622,00
	5	272505	Clips 4/0; niquelado; caixa com 50 unidades	CAIXA 50 UN	100	R\$ 4,20	R\$ 420,00	
	6	272378	Clips 8/0; niquelado; caixa com 25 unidades	CAIXA 25 UN	150	R\$ 4,68	R\$ 702,00	
3	7	352382	Cola branca líquida: secagem rápida; não tóxica; com bico econômico; acondicionada em frasco com 90 g ; cor: branca; deverá estar de acordo com a Portaria Inmetro nº 481/2010, suas complementares e demais normas vigentes se houver. Validade mínima: 18 (dezoito) meses a partir da data da entrega.	UN	30	R\$ 3,71	R\$ 111,30	R\$ 506,30
	8	335414	Cola em bastão: Cola em bastão branca, atóxica, lavável, com adesivo preso à base proporcionando a utilização até o final, tubo na forma cilíndrica, contendo no mínimo 20 g do produto; para uso em papel, cartões, fotos e papelão. A rotulagem deverá conter a marca, procedência e validade, selo de qualidade INMETRO ou certificado ISO; deverá estar de acordo com a Portaria Inmetro nº 481/2010, suas complementares e demais normas vigentes se houver. Validade mínima: 18 (dezoito) meses a partir da data da entrega.	UN	50	R\$ 7,90	R\$ 395,00	
-	9	459309	Envelope saco pardo sem timbre: em papel embrulho (KN); gramatura 80 g/m2; medindo 229x324mm; sem impressão; caixa com 250 envelopes.	CAIXA 250 UN	100	R\$ 82,50	R\$ 8.250,00	R\$ 8.250,00
4	10	405907	Grampeador de mesa 26/6 para papel: estrutura metálica; base de borracha; medindo 20 cm de base; na cor preto; para grampo 26/6; com capacidade mínima para grampear 15 folhas de papel (gramatura 75g).	UN	20	R\$ 26,00	R\$ 520,00	R\$ 907,00
	11	289509	Grampo para grampeador 26/6: caixa com 1.000 unidades; material: metal; tratamento	CAIXA 1000 UN	100	R\$ 3,87	R\$ 387,00	



			superficial: cobreado; tamanho: 26/6; marca e procedência na embalagem.					
5	12	313541	Pasta Arquivo AZ Ofício: lombada larga com capa de papelão reforçado na cor preta, visor, dimensões aproximadas: L: 28cm X : 35cm x Lombada: 8cm.	UN	100	R\$ 17,90	R\$ 1.790,00	R\$ 2.508,00
	13	373129	Pasta Plastificada com Elástico: cor azul ou preta, formato fixo, medidas aproximadas 230mm x 340mm, sem lombo.	UN	200	R\$ 3,59	R\$ 718,00	
6	14	266286	Porta papel em acrílico com 3 divisórias: caixa p/ correspondência, tipo organizador de mesa; medindo aproximadamente 21,5 cm x 26,5 cm x 36,0 cm; fixa; com empilhamento vertical e abertura frontal; transparente ou translúcida.	UN	40	R\$ 53,00	R\$ 2.120,00	R\$ 3.830,00
	15	401093	Prancheta em acrílico: prancheta portátil; material: acrílico cristal; dimensões aproximadas: comprimento: 33 cm largura: 23 cm; espessura: 3 mm; com prendedor de pressão metálico.	UN	30	R\$ 18,00	R\$ 540,00	
	16	391941	Painel Expositor (display) para avisos – tamanho A4: Expositor tipo porta folha; em acrílico cristal ou polipropileno transparentes; modelo de parede; vertical, medindo aproximadamente 22 cm de largura x 30,5 cm de altura (tolerância de +5%), espessura de 3 mm a 4 mm; para folha tamanho A4; com fita adesiva dupla face com autopoder de fixação em parede.	UN	60	R\$ 19,50	R\$ 1.170,00	
7	17	329773	Almofada para carimbo: Material Caixa: Plástico; Material Almofada: Esponja Absorvente Revestida De Tecido; Tamanho: Nº 2; Cor: Azul; Tipo: Entintada; Medidas aproximadas: 11 CM, Largura: 7,8 CM, Formato: Retangular.	UN	30	R\$ 11,75	R\$ 352,00	R\$ 1.723,14
	18	303016	Apontador de lápis: de metal, simples. Compatível com Lápis nº 2. Com lâmina em aço inoxidável.	UN	48	R\$ 1,20	R\$ 57,60	
	19	477113	Caneta Marca Texto: corpo de polipropileno opaco; tinta de cor amarela fluorescente ; a base de água; ponta chanfrada; secagem rápida.	UN	250	R\$ 0,99	R\$ 247,00	
	20	420598	Caneta corretiva: Caneta corretiva: corretivo líquido atóxico; para correção em qualquer tipo de escrita; secagem rápida; sistema aplicador com ponta metálica; contendo, no mínimo, 7 ml cada unidade; deverá estar de acordo com a Portaria Inmetro nº 481/2010, 7886/2022 e demais normas vigentes. Validade mínima: 12 (doze) meses a partir da data da entrega.	UN	40	R\$ 9,99	R\$ 399,60	
	21	624178	Corretivo em fita: material: Polietileno; comprimento: 6 m; largura: 5 mm; aplicação: apagar caneta esferográfica; características adicionais: não tóxico e certificado pelo INMETRO.	UN	6	R\$ 10,99	R\$ 65,94	
	22	223914	Colchete nº 3: caixa com 72 unidades; material: metal; tratamento superficial: Latonado; deverão ser entregues dobrados e com	CAIXA 72 UN	50	R\$ 4,90	R\$ 245,00	

Assinado digitalmente. A autenticidade pode ser validada no site da Câmara, usando o código LFJTW-OZYGA-BBNPT-LNU5O-X81V4.



			acabamento totalmente sem rebarbas, a fim de se evitar possíveis acidentes no manuseio.					
23	296150		Colchete nº 7: caixa com 72 unidades; material: metal; tratamento superficial: Latonado; deverão ser entregues dobrados e com acabamento totalmente sem rebarbas, a fim de se evitar possíveis acidentes no manuseio.	CAIXA 72 UN	50	R\$ 7,12	R\$ 356,00	
24	603594		Etiqueta adesiva: material: papel; cor: branca; dimensões da etiqueta: 25,4 mm x 63,5 mm; formato: retangular; aplicação: impressora InkJet e Laser; tipo: adesiva; embalagem com 100 folhas com 33 etiquetas por folha (A4).	PACOTE 100 FLS A4	2	R\$ 69,99	R\$ 139,98	
8	25	391988	Fita crepe: medidas: 48mm x 50m; cor: bege ou branca; alto poder de adesão.	UN	40	R\$ 11,86	R\$ 474,40	R\$ 1.244,38
	26	263409	Suporte para fita adesiva: compatível com fitas adesivas de 12 mm, 19 mm e 25 mm; com base antiaderente e cortador de fita em metal serrilhado; medidas aproximadas: 21cm (comprimento); 9 cm (altura); com roldana.	UN	30	R\$ 21,00	R\$ 630,00	
-	27	461889	Papel sulfite A4: gramatura 75g; formato A4 medindo 210 x 297 mm; alvura mínima de 90%; conforme Norma ISO; opacidade mínima de 87%; umidade 3,5% (+/- 1%); conforme Norma Tappi; corte rotativo; ph alcalino; cor branco; embalagem revestida em Bopp; produto com certificação ambiental FSC ou CERFLOR; com selo e código de licença impressos na embalagem. (A entrega deverá ser feita em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias corridos a partir da data de assinatura do contrato ou documento similar e a segunda em até 6 (seis) meses contados da primeira entrega).	RESMA 500 FLS	2800	R\$ 24,00	R\$ 67.200,00	R\$ 67.200,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, já que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) **assinatura do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.**

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Os materiais objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

1.7. Ocorrendo possíveis divergências entre a descrição do item contido neste documento e a descrição vinculada ao código do material no sistema Compras.gov (CATMAT), prevalecerá a descrição contida neste Termo



1.8. Reserva-se a participação exclusiva de microempresa, empresa de pequeno porte ou empresário individual qualificados como tais nos termos do artigo 3º c/c artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, para os itens que se enquadrem no disposto do art. 4º da lei 14133/2021.

Todos os itens deverão ser entregues em entrega única e deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias corridos a partir da data de assinatura do contrato ou documento similar, exceto o item 27 (papel sulfite A4) que terá sua entrega realizada em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias corridos a partir da data de assinatura do contrato ou documento similar e a segunda em até 6 (seis) meses contados da primeira entrega.

1.9. Os produtos deverão ser novos, sem uso e acondicionados em embalagem original e lacrada, contendo todas as informações exigidas pelo Código de Defesa do Consumidor e em conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

1.10. Todos os itens deverão ser entregues com embalagem de proteção contra riscos e/ou danos, como por exemplo, plástico de empacotamento, plástico bolha, papelão, e/ou proteções similares.

1.11. Os produtos serão amplamente testados, por isto solicitamos atenção pormenorizada à descrição de todos os itens, evitando assim a não aceitação e necessidade de substituição do produto, além da sujeição a penalidades.

1.12. Todas as despesas diretas e indiretas, assim como as despesas com o transporte dos produtos são encargos de total responsabilidade do fornecedor.

1.13. O aceite do produto pelo setor competente da Câmara de Guarulhos não exclui a responsabilidade da Empresa Fornecedor por vícios de qualidade ou técnicos, aparentes ou ocultos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste documento, verificadas posteriormente.

1.13.1 O fornecedor deverá substituir ou reparar, às suas expensas, o objeto avariado, quando o problema não decorrer de utilização inadequada por parte da Câmara Municipal de Guarulhos, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da solicitação escrita.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação destinada à aquisição de materiais de expediente tem por objetivo suprir as necessidades contínuas da Câmara Municipal, assegurando condições adequadas para o desenvolvimento das atividades legislativas, administrativas e de apoio institucional. Os benefícios esperados com a contratação incluem:

2.1.1 Garantia do regular funcionamento das atividades legislativas e administrativas: A disponibilidade permanente de materiais de expediente — tais como canetas, pastas, apontadores, cliques, resmas de papel e itens similares — é essencial para o adequado funcionamento dos gabinetes parlamentares, das comissões permanentes e temporárias, das sessões plenárias e dos setores administrativos da Câmara Municipal. A contratação planejada reduz o risco de desabastecimento e evita prejuízos à rotina legislativa e administrativa. Ademais, a aquisição de materiais de expediente constitui necessidade recorrente e estruturante para órgãos públicos, sendo classificada como imprescindível ao serviço burocrático, dado que todos os departamentos dependem desses itens para desempenhar suas funções institucionais de maneira eficiente e contínua.

2.1.2 Apoio às atividades dos vereadores e dos gabinetes parlamentares: O fornecimento contínuo de materiais de expediente contribui diretamente para o suporte às atividades desempenhadas pelos vereadores e suas assessorias, permitindo a elaboração de proposições legislativas, pareceres, relatórios, requerimentos e demais documentos necessários ao exercício do mandato parlamentar.

2.1.3 Padronização e controle dos materiais utilizados: A aquisição centralizada possibilita a padronização dos materiais de expediente utilizados no âmbito da Câmara Municipal, favorecendo: maior



controle e rastreabilidade dos materiais; redução de desperdícios; simplificação da gestão de estoques; utilização de itens compatíveis com as necessidades institucionais. A padronização também contribui para a definição de especificações técnicas adequadas, evitando a aquisição de produtos de baixa qualidade ou inadequados ao uso institucional.

2.1.4 Racionalização e economicidade dos gastos públicos: A contratação planejada, baseada em estimativas de consumo e na real necessidade da Câmara Municipal, permite maior racionalização dos gastos públicos. A aquisição em escala adequada tende a proporcionar melhores condições comerciais, contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa e para o uso eficiente dos recursos orçamentários, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

2.1.5 Redução de aquisições emergenciais ou fragmentadas: A formalização prévia da contratação reduz a necessidade de aquisições emergenciais ou pontuais, que geralmente apresentam menor competitividade e maior risco de sobrepreço. Dessa forma, promove-se maior previsibilidade, transparência e segurança jurídica nas contratações realizadas pela Câmara Municipal.

2.1.6 Melhoria da gestão administrativa e do planejamento interno: A contratação estruturada contribui para o aprimoramento do planejamento institucional e da gestão administrativa, possibilitando: melhor previsão de consumo anual; organização dos processos de requisição e distribuição de materiais; alinhamento entre demanda das unidades e disponibilidade de recursos.

2.1.7 Conformidade com os princípios da Administração Pública: A contratação está alinhada aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência e interesse público, aplicáveis à Administração Pública, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, fortalecendo as práticas de governança e a adequada gestão dos recursos públicos no âmbito da Câmara Municipal.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual – 2026 Versão 1, página 13, publicado no link a seguir: <https://www.guarulhos.sp.leg.br/ContasPublicas/index/categorias:plano-de-contratacoes-anual-2000024/subcategorias:pca-2000030>.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no tópico “1. Condições Gerais da Contratação” deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos pertinentes contidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Não haverá indicação de marcas ou modelos para esta contratação.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não haverá vedação de marcas ou modelos para esta contratação.

Da exigência de amostra

4.4. Não haverá exigência de amostra para esta contratação.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação.



Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando o baixo risco intrínseco à esta contratação.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.7. Reserva-se a **participação exclusiva de microempresa, empresa de pequeno porte ou empresário individual** qualificados como tais nos termos do artigo 3º c/c artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, para os itens que se enquadrem no disposto do art. 4º da lei 14133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **até 30 dias corridos**, contados do(a) assinatura do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua, em remessa única, exceto o item 27 – Resma de Papel Sulfite A4.

5.1.1 O item 27 – Resma de Papel Sulfite A4 terá a entrega parcelada em duas partes, de quantidades iguais, sendo **a primeira em até 30 dias corridos**, contados do(a) assinatura do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua, e a **segunda em até 6 (seis) meses a partir da primeira entrega**.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. A entrega deverá ser efetuada junto ao almoxarifado da Câmara Municipal de Guarulhos, no portão localizado na Rua Prefeito Gabriel José Antônio, 59, CEP 07024-120, de segunda a sexta-feira, no período das 9h00 às 16h00.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.



Fiscalização Técnica

- 6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

Cabe ao gestor do contrato:

- 6.14.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.14.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.14.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.14.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu



desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.14.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.14.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.14.8 Assumir todas as atribuições da fiscalização técnica e administrativa quando da não nomeação dos fiscais.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções, sempre considerando para a dosimetria as variáveis: gravidade da infração, reincidência, impacto financeiro e prejuízo à continuidade do serviço:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

*7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze) dias***

*7.2.4.2. Moratória de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*



7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15% (quinze por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.10.1 o prazo de validade;
- 8.10.2 a data da emissão;
- 8.10.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.10.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.10.5 o valor a pagar; e
- 8.10.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.13.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.13.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.



8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.25. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.26. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.27. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.28. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.29. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.30. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



8.31. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO POR ITEM/GRUPO*.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral, com exceção do item 27 que possui seu fornecimento de forma parcelada (duas entregas).

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.8. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)



por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. *Não haverá exigência de qualificação econômico-financeira, considerando o baixo risco envolvido nesta contratação.*

Qualificação Técnica

9.21. *Não haverá exigência de qualificação técnica, considerando a baixa complexidade e o baixo risco envolvidos nesta contratação.*

Disposições gerais sobre habilitação

9.22. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.23. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.24. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.25. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.26. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 90.564,82 (noventa mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Guarulhos.

A contratação será atendida pela seguinte dotação: 0110.0112200242.002.01.1100000.339030.0000.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.1. [Local], [dia] de [mês] de [ano].



Anexo II
MODELO DE PROPOSTA
Pregão Eletrônico nº 90007/2026

DADOS DA PROPONENTE

NOME FANTASIA:.....
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ: ENQUADRAMENTO ME/EPP?: () SIM () NÃO.....
.....
(DDD) TELEFONE:
E-MAIL:
ENDEREÇO:.....
.....CIDADE/UF:.....
DATA:

Dados de Bancários para Pagamento:

Banco:
Agência: Conta:

PROPOSTA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

GRUPO	ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÕES	UN. DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL POR GRUPO
1	1	461461	Caneta Esferográfica AZUL ponta média de 1.1 ou 1.2mm: com selo do INMETRO, corpo único sextavado ou hexagonal em acrílico transparente, nome do fabricante impresso no corpo da caneta, ponta de latão com esfera de tungstênio reforçada de 1.1 ou 1.2mm, tinta à base de corantes orgânicos e solventes proporcionando suavidade, fluidez, uniformidade e sem falhas ou borrões na escrita, com duração entre 2.000m e 3.000m, tampa e plug da mesma cor da tinta confeccionado em polietileno de baixa densidade fixada por pressão e não rosqueada, tampa com respirador e clip para fixação no bolso. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Obs.: Serão consideradas as datas de fabricação e os prazos de validade gravados na própria carga, no corpo da caneta ou ainda na embalagem.	UN	900			
	2	317857	Caneta Esferográfica PRETA ponta média de 1.1 ou 1.2mm: com selo do INMETRO, corpo único sextavado ou hexagonal em acrílico transparente, nome do fabricante impresso no corpo da caneta, ponta de latão com esfera de tungstênio reforçada de 1.1 ou 1.2mm, tinta à base de corantes orgânicos e solventes proporcionando suavidade, fluidez, uniformidade e sem falhas ou borrões na escrita, com duração entre 2.000m e 3.000m, tampa e plug da mesma cor da tinta confeccionado em polietileno de baixa densidade fixada por pressão e não rosqueada, tampa com respirador e clip para fixação no bolso. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.	UN	600			



Anexo II
MODELO DE PROPOSTA
Pregão Eletrônico nº 90007/2026

		Obs.: Serão consideradas as datas de fabricação e os prazos de validade gravados na própria carga, no corpo da caneta ou ainda na embalagem.					
3	317859	<p>Caneta Esferográfica VERMELHA ponta média de 1.1 ou 1.2mm: com selo do INMETRO, corpo único sextavado ou hexagonal em acrílico transparente, nome do fabricante impresso no corpo da caneta, ponta de latão com esfera de tungstênio reforçada de 1.1 ou 1.2mm, tinta à base de corantes orgânicos e solventes proporcionando suavidade, fluidez, uniformidade e sem falhas ou borrões na escrita, com duração entre 2.000m e 3.000m, tampa e plug da mesma cor da tinta confeccionado em polietileno de baixa densidade fixada por pressão e não rosqueada, tampa com respirador e clip para fixação no bolso. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.</p> <p>Obs.: Serão consideradas as datas de fabricação e os prazos de validade gravados na própria carga, no corpo da caneta ou ainda na embalagem.</p>	UN	400			
2	4	272501 Clips 2/0; niquelado; caixa com 100 Unidades. Material: metal.	CAIXA 100 UN	100			
	5	272505 Clips 4/0; niquelado; caixa com 50 unidades	CAIXA 50 UN	100			
	6	272378 Clips 8/0; niquelado; caixa com 25 unidades	CAIXA 25 UN	150			
3	7	352382 Cola branca líquida: secagem rápida; não tóxica; com bico econômico; acondicionada em frasco com 90 g ; cor: branca; deverá estar de acordo com a Portaria Inmetro nº 481/2010, suas complementares e demais normas vigentes se houver. Validade mínima: 18 (dezoito) meses a partir da data da entrega.	UN	30			
	8	335414 Cola em bastão: Cola em bastão branca, atóxica, lavável, com adesivo preso à base proporcionando a utilização até o final, tubo na forma cilíndrica, contendo no mínimo 20 g do produto; para uso em papel, cartões, fotos e papelão. A rotulagem deverá conter a marca, procedência e validade, selo de qualidade INMETRO ou certificado ISO; deverá estar de acordo com a Portaria Inmetro nº 481/2010, suas complementares e demais normas vigentes se houver. Validade mínima: 18 (dezoito) meses a partir da data da entrega.	UN	50			
-	9	459309 Envelope saco pardo sem timbre: em papel embrulho (KN); gramatura 80 g/m2; medindo 229x324mm; sem impressão; caixa com 250 envelopes.	CAIXA 250 UN	100			
4	10	405907 Grampeador de mesa 26/6 para papel: estrutura metálica; base de borracha; medindo 20 cm de base; na cor preto; para grampo 26/6; com capacidade mínima para grampear 15 folhas de papel (gramatura 75g).	UN	20			
	11	289509 Grampo para grampeador 26/6: caixa com 1.000 unidades; material: metal; tratamento superficial: cobreado; tamanho: 26/6; marca e procedência na embalagem.	CAIXA 1000 UN	100			



Anexo II
MODELO DE PROPOSTA
Pregão Eletrônico nº 90007/2026

5	12	313541	Pasta Arquivo AZ Ofício: lombada larga com capa de papelão reforçado na cor preta, visor, dimensões aproximadas: L: 28cm X : 35cm x Lombada: 8cm.	UN	100			
	13	458613	Pasta Plástica com Elástico: cor azul ou preta, formato fixo, medidas aproximadas 230mm x 340mm, sem lombo.	UN	200			
6	14	266286	Porta papel em acrílico com 3 divisórias: caixa p/ correspondência, tipo organizador de mesa; medindo aproximadamente 21,5 cm x 26,5 cm x 36,0 cm; fixa; com empilhamento vertical e abertura frontal; transparente ou translúcida.	UN	40			
	15	401093	Prancheta em acrílico: prancheta portátil; material: acrílico cristal; dimensões aproximadas: comprimento: 33 cm largura: 23 cm; espessura: 3 mm; com prendedor de pressão metálico.	UN	30			
	16	391941	Painel Expositor (display) para avisos – tamanho A4: Expositor tipo porta folha; em acrílico cristal ou polipropileno transparentes; modelo de parede; vertical, medindo aproximadamente 22 cm de largura x 30,5 cm de altura (tolerância de +5%), espessura de 3 mm a 4 mm; para folha tamanho A4; com fita adesiva dupla face com autopoder de fixação em parede.	UN	60			
7	17	329773	Almofada para carimbo: Material Caixa: Plástico; Material Almofada: Esponja Absorvente Revestida De Tecido; Tamanho: Nº 2; Cor: Azul; Tipo: Entintada; Medidas aproximadas: 11 CM, Largura: 7,8 CM, Formato: Retangular.	UN	30			
	18	303016	Apontador de lápis: de metal, simples. Compatível com Lápis nº 2. Com lâmina em aço inoxidável.	UN	48			
	19	477113	Caneta Marca Texto: corpo de polipropileno opaco; tinta de cor amarela fluorescente ; a base de água; ponta chanfrada; secagem rápida.	UN	250			
	20	420598	Caneta corretiva: Caneta corretiva: corretivo líquido atóxico; para correção em qualquer tipo de escrita; secagem rápida; sistema aplicador com ponta metálica; contendo, no mínimo, 7 ml cada unidade; deverá estar de acordo com a Portaria Inmetro nº 481/2010, 7886/2022 e demais normas vigentes. Validade mínima: 12 (doze) meses a partir da data da entrega.	UN	40			
	21	624178	Corretivo em fita: material: Polietileno; comprimento: 6 m; largura: 5 mm; aplicação: apagar caneta esferográfica; características adicionais: não tóxico e certificado pelo INMETRO.	UN	6			
	22	283914	Colchete nº 3: caixa com 72 unidades; material: metal; tratamento superficial: Latonado; deverão ser entregues dobrados e com acabamento totalmente sem rebarbas, a fim de se evitar possíveis acidentes no manuseio.	CAIXA 72 UN	50			
	23	296150	Colchete nº 7: caixa com 72 unidades; material: metal; tratamento superficial: Latonado; deverão ser entregues dobrados e com acabamento totalmente sem rebarbas, a fim de se evitar possíveis acidentes no manuseio.	CAIXA 72 UN	50			
8	24	603594	Etiqueta adesiva: material: papel; cor: branca; dimensões da etiqueta: 25,4 mm x 63,5 mm; formato: retangular; aplicação: impressora InkJet e Laser; tipo: adesiva; embalagem com 100 folhas com 33 etiquetas por folha (A4).	PACOTE 100 FLS A4	2			
	25	391988	Fita crepe: medidas: 48mm x 50m; cor: bege ou	UN	40			



Anexo II
MODELO DE PROPOSTA
Pregão Eletrônico nº 90007/2026

		branca; alto poder de adesão.					
26	263409	Suporte para fita adesiva: compatível com fitas adesivas de 12 mm, 19 mm e 25 mm; com base antiaderente e cortador de fita em metal serrilhado; medidas aproximadas: 21cm (comprimento); 9 cm (altura); com roldana.	UN	30			
- 27	461889	Papel sulfite A4: gramatura 75g; formato A4 medindo 210 x 297 mm; alvura mínima de 90%; conforme Norma ISO; opacidade mínima de 87%; umidade 3,5% (+/- 1%); conforme Norma Tappi; corte rotativo; ph alcalino; cor branco; embalagem revestida em Bopp; produto com certificação ambiental FSC ou CERFLOR; com selo e código de licença impressos na embalagem. (A entrega deverá ser feita em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias corridos a partir da data de assinatura do contrato ou documento similar e a segunda em até 6 (seis) meses contados da primeira entrega).	RESMA 500 FLS	2800			

* A empresa poderá participar de quantos itens/grupos quiser do certame.

** A empresa proponente declara que possui todos os requisitos exigidos no edital e no Termo de Referência para o cumprimento do objeto contratual.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA (MÍN 90 DIAS):.....

PRAZO DE ENTREGA DO PRODUTO: O prazo de entrega é de **até 30 dias corridos**, contados do(a) assinatura do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua, em remessa única, exceto o item 27 – Resma de Papel Sulfite A4, que terá a entrega parcelada em duas partes, de quantidades iguais, sendo **a primeira em até 30 dias corridos**, contados **do(a) assinatura do contrato** ou outro instrumento hábil que o substitua, e a **segunda em até 6 (seis) meses a partir da primeira entrega**.

LOCAL DE ENTREGA: Av. Guarulhos, 845 – Vila Vicentina – Guarulhos – SP, com entrega preferencial no mesmo prédio, no portão localizado na Rua Prefeito Gabriel José Antônio, 59, CEP 07024-120, de segunda a sexta-feira, no período das 8h00 às 17h00.

Local e Data ____ de ____ de 202X. (Preenchimento obrigatório)

(assinatura do representante legal) (obrigatório)
(nome completo do representante legal) (obrigatório)
(CPF do representante legal) (obrigatório)



Anexo III

Autorização de Fornecimento

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS

À

Empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

CNPJ nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Endereço **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

A/C **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, Tel.: (xx) **XXXXXXXXXXXX**

E-mail: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Conforme os documentos que integram o processo administrativo nº 13.627/2025, deverá essa empresa fornecer o(s) material(is) e/ou prestar o(s) serviço(s), rigorosamente de acordo com a descrição abaixo, com o Termo de Referência e com a proposta comercial apresentada e pelos preços ofertados, que vão transcritos a seguir, observando também as seguintes condições gerais:

- 1) FUNDAMENTO LEGAL: Art. 28, Inc. I, Lei Federal nº 14.133/2021.
- 2) NOTA DE EMPENHO: **xxxx/xxxx**, emitidas em **xx/xx/xxxx**.
- 3) NOTA FISCAL ELETRÔNICA: deverá ser emitido DANFE de acordo com a descrição. Atenção: os títulos **não** poderão ser colocados em cobrança bancária, em HIPÓTESE ALGUMA.
- 4) LOCAL DE ENTREGA: A entrega deverá ser efetuada junto ao almoxarifado da Câmara Municipal de Guarulhos, no portão localizado na Rua Prefeito Gabriel José Antônio, 59, CEP 07024-120, de segunda a sexta-feira. Aos cuidados de Rogério (Almoxarifado) / Andreza (Suporte Administrativo).
- 5) CONDIÇÕES DE ENTREGA: A entrega deverá ser agendada previamente com a Coordenadoria de Suporte Administrativo, por meio do endereço eletrônico andreza.silva@guarulhos.sp.leg.br, sob pena de recusa de recebimento.
- 6) HORÁRIO DE RECEBIMENTO: das 10h00 às 12h00 horas e das 13h00 às 16h00 horas. Esclarecimentos adicionais endereço eletrônico andreza.silva@guarulhos.sp.leg.br.
- 7) PRAZO DE ENTREGA: 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho pela CONTRATADA.
- 8) PRAZO PARA PAGAMENTO: em até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa. O pagamento será efetuado pela Diretoria Executiva de Assuntos Financeiros mediante depósito em conta.
- 9) RETENÇÕES DE TRIBUTOS NOS PAGAMENTOS: Serão realizadas conforme a legislação aplicável em vigor, em especial nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023 - Publicada no DOU de 27/06/2023, seção 1, página 42.
- 10) SANÇÕES: Pela mora e/ou pela inexecução total ou parcial deste ajuste, a Administração poderá aplicar à contratada as sanções previstas no Termo de Referência respectivo.
- 11) NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES: A empresa deverá manter seu(s) endereço(s) de e-mail(s) atualizado(s) nesta CMG e estar ciente de que eventuais notificações e comunicações formais serão efetuadas no(s) endereço(s) de e-mail(s) do preâmbulo. Caso a empresa não seja localizada, será notificada pelo Diário Oficial do Legislativo - DOL (disponível no endereço eletrônico



<https://www.guarulhos.sp.leg.br/dol>), meio oficial de publicação e de eventual divulgação de atos processuais e administrativos, bem como das comunicações em geral entre as partes.

GRUPO	ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÕES	UN. DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL POR GRUPO
1	1	461461	Caneta Esferográfica AZUL ponta média de 1.1 ou 1.2mm: com selo do INMETRO, corpo único sextavado ou hexagonal em acrílico transparente, nome do fabricante impresso no corpo da caneta, ponta de latão com esfera de tungstênio reforçada de 1.1 ou 1.2mm, tinta à base de corantes orgânicos e solventes proporcionando suavidade, fluidez, uniformidade e sem falhas ou borrões na escrita, com duração entre 2.000m e 3.000m, tampa e plug da mesma cor da tinta confeccionado em polietileno de baixa densidade fixada por pressão e não rosqueada, tampa com respirador e clip para fixação no bolso. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Obs.: Serão consideradas as datas de fabricação e os prazos de validade gravados na própria carga, no corpo da caneta ou ainda na embalagem.	UN	900			
	2	317857	Caneta Esferográfica PRETA ponta média de 1.1 ou 1.2mm: com selo do INMETRO, corpo único sextavado ou hexagonal em acrílico transparente, nome do fabricante impresso no corpo da caneta, ponta de latão com esfera de tungstênio reforçada de 1.1 ou 1.2mm, tinta à base de corantes orgânicos e solventes proporcionando suavidade, fluidez, uniformidade e sem falhas ou borrões na escrita, com duração entre 2.000m e 3.000m, tampa e plug da mesma cor da tinta confeccionado em polietileno de baixa densidade fixada por pressão e não rosqueada, tampa com respirador e clip para fixação no bolso. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Obs.: Serão consideradas as datas de fabricação e os prazos de validade gravados na própria carga, no corpo da caneta ou ainda na embalagem.	UN	600			
	3	317859	Caneta Esferográfica VERMELHA ponta média de 1.1 ou 1.2mm: com selo do INMETRO, corpo único sextavado ou hexagonal em acrílico transparente, nome do fabricante impresso no corpo da caneta, ponta de latão com esfera de tungstênio reforçada de 1.1 ou 1.2mm, tinta à base de	UN	400			



Pregão Eletrônico nº 90007/2026
(PA nº 13.627/2025)

			corantes orgânicos e solventes proporcionando suavidade, fluidez, uniformidade e sem falhas ou borões na escrita, com duração entre 2.000m e 3.000m, tampa e plug da mesma cor da tinta confeccionado em polietileno de baixa densidade fixada por pressão e não rosqueada, tampa com respirador e clip para fixação no bolso. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega. Obs.: Serão consideradas as datas de fabricação e os prazos de validade gravados na própria carga, no corpo da caneta ou ainda na embalagem.					
2	4	272501	Clips 2/0 ; niquelado; caixa com 100 Unidades. Material: metal.	CAIXA 100 UN	100			
	5	272505	Clips 4/0 ; niquelado; caixa com 50 unidades	CAIXA 50 UN	100			
	6	272378	Clips 8/0 ; niquelado; caixa com 25 unidades	CAIXA 25 UN	150			
3	7	352382	Cola branca líquida : secagem rápida; não tóxica; com bico econômico; acondicionada em frasco com 90 g ; cor: branca; deverá estar de acordo com a Portaria Inmetro nº 481/2010, suas complementares e demais normas vigentes se houver. Validade mínima: 18 (dezoito) meses a partir da data da entrega.	UN	30			
	8	335414	Cola em bastão : Cola em bastão branca, atóxica, lavável, com adesivo preso à base proporcionando a utilização até o final, tubo na forma cilíndrica, contendo no mínimo 20 g do produto; para uso em papel, cartões, fotos e papelão. A rotulagem deverá conter a marca, procedência e validade, selo de qualidade INMETRO ou certificado ISO; deverá estar de acordo com a Portaria Inmetro nº 481/2010, suas complementares e demais normas vigentes se houver. Validade mínima: 18 (dezoito) meses a partir da data da entrega.	UN	50			
-	9	459309	Envelope saco pardo sem timbre : em papel embrulho (KN); gramatura 80 g/m ² ; medindo 229x324mm; sem impressão; caixa com 250 envelopes.	CAIXA 250 UN	100			
4	10	405907	Grampeador de mesa 26/6 para papel : estrutura metálica; base de borracha; medindo 20 cm de base; na cor preto; para grampo 26/6; com capacidade mínima para grampear 15 folhas de papel (gramatura 75g).	UN	20			
	11	289509	Grampo para grampeador 26/6 : caixa com 1.000 unidades; material: metal; tratamento superficial: cobreado; tamanho: 26/6; marca e procedência na embalagem.	CAIXA 1000 UN	100			
5	12	313541	Pasta Arquivo AZ Ofício : lombada larga com capa de papelão reforçado na cor preta, visor, dimensões aproximadas: L: 28cm X : 35cm x Lombada: 8cm.	UN	100			



Pregão Eletrônico nº 90007/2026
(PA nº 13.627/2025)

	13	373129	Pasta Plastificada com Elástico: cor azul ou preta, formato fixo, medidas aproximadas 230mm x 340mm, sem lombo.	UN	200			
6	14	266286	Porta papel em acrílico com 3 divisórias: caixa p/ correspondência, tipo organizador de mesa; medindo aproximadamente 21,5 cm x 26,5 cm x 36,0 cm; fixa; com empilhamento vertical e abertura frontal; transparente ou translúcida.	UN	40			
	15	401093	Prancheta em acrílico: prancheta portátil; material: acrílico cristal; dimensões aproximadas: comprimento: 33 cm largura: 23 cm; espessura: 3 mm; com prendedor de pressão metálico.	UN	30			
	16	391941	Painel Expositor (display) para avisos – tamanho A4: Expositor tipo porta folha; em acrílico cristal ou polipropileno transparentes; modelo de parede; vertical, medindo aproximadamente 22 cm de largura x 30,5 cm de altura (tolerância de +5%), espessura de 3 mm a 4 mm; para folha tamanho A4; com fita adesiva dupla face com autopoder de fixação em parede.	UN	60			
7	17	329773	Almofada para carimbo: Material Caixa: Plástico; Material Almofada: Esponja Absorvente Revestida De Tecido; Tamanho: Nº 2; Cor: Azul; Tipo: Entintada; Medidas aproximadas: 11 CM, Largura: 7,8 CM, Formato: Retangular.	UN	30			
	18	303016	Apontador de lápis: de metal, simples. Compatível com Lápis nº 2. Com lâmina em aço inoxidável.	UN	48			
	19	477113	Caneta Marca Texto: corpo de polipropileno opaco; tinta de cor amarela fluorescente ; a base de água; ponta chanfrada; secagem rápida.	UN	250			
	20	420598	Caneta corretiva: Caneta corretiva: corretivo líquido atóxico; para correção em qualquer tipo de escrita; secagem rápida; sistema aplicador com ponta metálica; contendo, no mínimo, 7 ml cada unidade; deverá estar de acordo com a Portaria Inmetro nº 481/2010, 7886/2022 e demais normas vigentes. Validade mínima: 12 (doze) meses a partir da data da entrega.	UN	40			
	21	624178	Corretivo em fita: material: Polietileno; comprimento: 6 m; largura: 5 mm; aplicação: apagar caneta esferográfica; características adicionais: não tóxico e certificado pelo INMETRO.	UN	6			
	22	223914	Colchete nº 3: caixa com 72 unidades; material: metal; tratamento superficial: Latonado; deverão ser entregues dobrados e com acabamento totalmente sem rebarbas, a fim de se evitar possíveis acidentes no manuseio.	CAIXA 72 UN	50			
	23	296150	Colchete nº 7: caixa com 72 unidades; material: metal; tratamento superficial: Latonado; deverão ser	CAIXA 72 UN	50			



Pregão Eletrônico nº 90007/2026
(PA nº 13.627/2025)

			entregues dobrados e com acabamento totalmente sem rebarbas, a fim de se evitar possíveis acidentes no manuseio.					
8	24	603594	Etiqueta adesiva: material: papel; cor: branca; dimensões da etiqueta: 25,4 mm x 63,5 mm; formato: retangular; aplicação: impressora InkJet e Laser; tipo: adesiva; embalagem com 100 folhas com 33 etiquetas por folha (A4).	PACOTE 100 FLS A4	2			
	25	391988	Fita crepe: medidas: 48mm x 50m; cor: bege ou branca; alto poder de adesão.	UN	40			
	26	263409	Suporte para fita adesiva: compatível com fitas adesivas de 12 mm, 19 mm e 25 mm; com base antiaderente e cortador de fita em metal serrilhado; medidas aproximadas: 21cm (comprimento); 9 cm (altura); com roldana.	UN	30			
-	27	461889	Papel sulfite A4: gramatura 75g; formato A4 medindo 210 x 297 mm; alvura mínima de 90%; conforme Norma ISO; opacidade mínima de 87%; umidade 3,5% (+/- 1%); conforme Norma Tappi; corte rotativo; ph alcalino; cor branco; embalagem revestida em Bopp; produto com certificação ambiental FSC ou CERFLOR; com selo e código de licença impressos na embalagem. (A entrega deverá ser feita em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias corridos a partir da data de assinatura do contrato ou documento similar e a segunda em até 6 (seis) meses contados da primeira entrega).	RESMA 500 FLS	2800			

Valor Total **R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxx).**

Guarulhos, **xx de xxxxx de xxxx**

ANDRE LUIZ ISRAEL
Coordenador de Suprimentos



Anexo IV

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS

(Processo Administrativo nº 13.627/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM
ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS, POR
INTERMÉDIO DO (A) E
.....

A Câmara Municipal de Guarulhos, com sede na Avenida Guarulhos, 845 - CEP 07023-000, na cidade de Guarulhos, Estado de SP, inscrita no CNPJ sob o nº 49.811.037/0001-99 neste ato representado pelo Presidente da Edilidade, VEREADOR FAUSTO MIGUEL MARTELLO, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por, conforme atos constitutivos da empresa (OU procuração apresentada nos autos), tendo em vista o que consta no Processo nº 13.627/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90007/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para aquisição de materiais de expediente (escritório), objetivando o atendimento das demandas dos diversos setores administrativos e legislativos da Câmara Municipal de Guarulhos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÕES	UN. DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
27	461889	Papel sulfite A4: gramatura 75g; formato A4 medindo 210 x 297 mm; alvura mínima de 90%; conforme Norma ISO; opacidade mínima de 87%; umidade 3,5% (+/- 1%); conforme Norma Tappi; corte rotativo; ph alcalino; cor branco; embalagem revestida em Bopp; produto com certificação ambiental FSC ou CERFLOR; com selo e código de licença impressos na embalagem. (A entrega deverá ser feita em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias corridos a partir da data de assinatura do contrato ou documento similar e a segunda em até 6 (seis) meses contados da primeira entrega).	RESMA 500 FLS	2800	R\$	R\$



1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja



substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar a Procuradoria-Geral do Legislativo de Guarulhos para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.



- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:



12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.



13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Guarulhos.

14.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 0110.0112200242.002.01.1100000.339030.0000.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guarulhos para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Guarulhos, assinado e datado digitalmente.

VEREADOR FAUSTO MIGUEL MARTELLO

Presidente da Câmara Municipal de Guarulhos



MANIFESTO DO DOCUMENTO

Edital

Protocolo Nº: 27579
Documento Nº: 1/2026

Protocolo Data: 15/06/2026
Processo Nº: 13627/2025

Gerado por Patrícia Kubudi Glasman na repartição Coordenadoria de Suprimentos: Serviços de Licitações dia 15/06/2026 às 12:18

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

LFJTW-OZYGA-BBNPT-LNU5O-X81V4



Para confirmar a autenticidade acesse
[www://www.guarulhos.sp.leg.br/validador-assinatura](http://www.guarulhos.sp.leg.br/validador-assinatura)

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei Federal 14.063/2020.



Martello (Fausto Miguel Martello)
Em 15/06/2026 13:56 UTC -03:00
Assinatura Eletrônica Avançada